

Análise das Interações da Audiência Pública da CE sobre o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) – 17/06/2025 – Gerado por IA

Esta introdução apresenta uma visão geral das **357 participações dos cidadãos**, coletadas durante o debate interativo promovido pela Comissão de Educação e Cultura em 17 de junho de 2025. O objetivo do resumo é consolidar as principais preocupações e propostas da sociedade para subsidiar a análise dos senadores sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 357

Temas Principais:

- 1. Falta de Identificação e Atendimento para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) (39%)**: Este foi, de longe, o tema mais predominante. Os cidadãos expressam frustração com a invisibilidade dos alunos superdotados, que são frequentemente ignorados pelo sistema. As críticas apontam a falta de identificação precoce, a ausência de formação de professores sobre o tema, a burocracia para conseguir aceleração de estudos e a não aplicação de Planos Educacionais Individualizados (PEI) e enriquecimento curricular. Há uma forte demanda por políticas públicas específicas, metas claras no PNE e o fim de uma visão "talentista" que mascara as necessidades emocionais e pedagógicas desses estudantes.

Exemplo: "Sem PEI, sem identificação, sem atendimento. Essa é a realidade da maioria dos superdotados. O PNE precisa mudar isso!" Kellen D. (TO).

2. Formação de Professores e Profissionais de Apoio (19%): A segunda maior preocupação é a falta de preparo dos profissionais que atuam nas escolas. Os participantes afirmam que professores, gestores e funcionários de apoio não recebem formação adequada e continuada para lidar com a diversidade de alunos da educação especial (autismo, TDAH, deficiências, surdez, AH/SD). A demanda é por capacitação obrigatória, específica e de qualidade, que vá além do superficial e prepare os educadores para os desafios reais da sala de aula inclusiva.

Exemplo: "De que forma o PNE assegurará a formação continuada e específica de professores para lidarem com alunos autistas e/ou com outras deficiências?" Jessica J. (BA).

3. Falta de Estrutura, Recursos e Profissionais nas Escolas (15%): Os cidadãos denunciam que a inclusão não pode ocorrer sem investimento em infraestrutura e pessoal. As queixas mais comuns são a carência de profissionais de apoio, mediadores, intérpretes de Libras e psicólogos nas escolas. Também são citadas a falta de salas de recursos multifuncionais (especialmente em escolas privadas), a ausência de materiais adaptados e de tecnologia assistiva, e a necessidade de verbas específicas para que as escolas possam arcar com os custos da educação especializada.

Exemplo: "Dou aulas na Rede Pública de SP, há falta de tutores para alunos especiais. Haverá verba e treinamento para novos tutores?" Paulo R. (SP).

4. Necessidade de Políticas Específicas e Adaptações Curriculares (PEI) (14%): Neste tema, os participantes cobram que o PNE estabeleça diretrizes claras e obrigatórias para a prática pedagógica. A principal reivindicação é a efetivação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para todos os alunos da educação especial, criticando sua implementação atual como "falácia" ou "ineficiente". Além disso, pedem por adaptações curriculares, flexibilização,

combate ao capacitismo e o respeito a especificidades, como a educação bilíngue para surdos.

Exemplo: “As escolas aqui no Paraná não fazem o plano de atendimento individualizado e os alunos prejudicados. Não existe fiscalização para isso.”
Gisele A. (PR).

5. Implementação e Fiscalização das Leis de Inclusão (13%): Há um forte sentimento de ceticismo quanto à aplicação das leis. Os cidadãos questionam como o novo PNE garantirá que seus dispositivos sejam cumpridos na prática. As participações pedem por mecanismos robustos de fiscalização, com sanções para escolas e municípios que não cumprirem as metas de inclusão. A percepção geral é que, sem fiscalização e cobrança, os direitos permanecerão apenas no papel.

Exemplo: “Como o novo PNE vai garantir fiscalização e punição para escolas que não cumprem as leis de inclusão de alunos com deficiência?”
Silvia L. (GO).

Em resumo, as participações dos cidadãos revelam um forte apelo por ações concretas e uma desconfiança generalizada sobre a eficácia das políticas atuais. O tema de maior destaque foi a negligência com alunos de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), seguido pela urgência na formação de professores e pela denúncia da falta de estrutura e recursos. O posicionamento geral é de que as leis de inclusão existem, mas não são cumpridas, evidenciando uma lacuna crítica entre a legislação e a prática diária nas escolas. Os cidadãos exigem que o novo PNE seja um instrumento com mecanismos de fiscalização e implementação efetiva, para que os direitos educacionais se tornem uma realidade.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34250> .